

ORÇAMENTO

16 SET 1987

16 SET

JORNAL DA TARDE

Muito mais para as Forças Armadas. E muito menos para a Educação.

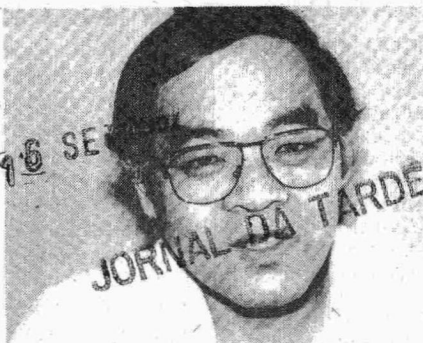
O exagerado crescimento da participação do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), na proposta orçamentária da União para o próximo ano, é um dos fatos mais evidentes, ao se compararem as despesas sugeridas pelo governo em 1988 com as do corrente ano. De uma dotação de pouco mais de Cz\$ 40 milhões em 1987, o Emfa será contemplado com recursos orçamentários assegurados de Cz\$ 8,25 bilhões no ano que vem. As despesas previstas do Emfa estão embutidas no item Presidência da República, cuja participação no total das despesas previstas (Cz\$ 3,2 trilhões) sobe de 2,3% neste ano para 2,6% em 1988. Entretanto, a dotação do Ministério da Educação será reduzida de 7,3% para 6,7%, em relação à despesa global.

Estes são alguns aspectos de uma minuciosa análise dos orçamentos de 1987 e 1988 realizados para o *Jornal da Tarde* pelo professor Eurico Ueda, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e ex-assessor de política tributária do ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. Segundo Ueda, as verbas alocadas para o Emfa são maiores que as destinações para os Ministérios das Comunicações (Cz\$ 7,0 bilhões), Cultura (Cz\$ 7,36 bilhões) ou Previdência e Assistência Social (Cz\$ 7,8 bilhões).

Controle

A proposta orçamentária foi enviada pelo governo ao Congresso Nacional no início deste mês e deverá ser aprovada em novembro próximo. Neste campo, não há novidades. Constitucionalmente, o Congresso aprova ou rejeita a peça sem poderes para fazer alterações nas despesas. Os parlamentares não podem legislar sobre matéria econômica. Em outro terreno, um fato auspicioso. Com mais amplitude em relação a este ano, o próximo orçamento engloba tanto as despesas fiscais quanto as monetárias. Ele inclui todos os subsídios e as operações creditícias do Banco Central. "Isto é positivo porque já significa um maior controle do Legislativo sobre os gastos do Executivo", diz Ueda.

Também cresceu a participação do Ministério da Aeronáutica (de 3,3% para 3,7%) e



Ueda: minuciosa análise dos orçamentos.

do Conselho de Segurança Nacional (CSN). No primeiro caso, as dotações sugeridas sobem de Cz\$ 49,7 bilhões para Cz\$ 118,8 bilhões. No segundo, pulam de Cz\$ 1,5 bilhão para Cz\$ 4,6 bilhões. Os demais ministérios militares mantêm sua participação no mesmo nível dos gastos totais deste ano: o Exército, com Cz\$ 74,7 bilhões, que correspondem a 2,3% do total, e a Marinha, com Cz\$ 81,5 bilhões, o que significa 2,5%.

Segundo Ueda, embora a proposta seja um calhamaço de 1.051 páginas, não chega a detalhar a destinação dessas despesas. Na maioria dos casos, indica apenas gastos com pessoal e outras despesas, sem especificá-las. Mesmo assim, é possível concluir, pelos números, que as prioridades do governo para o próximo ano serão os setores de agricultura, desenvolvimento urbano, minas e energia, reforma agrária e saúde.

Todos eles tiveram elevada sua participação relativa no total dos gastos em relação a 1987. Nesse grupo, o maior crescimento foi do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário cuja destinação subiu de Cz\$ 4,4 bilhões para Cz\$ 24,3 bilhões — um pulo de 452%. O Ministério das Minas e Energia passou de Cz\$ 13,8 bilhões para Cz\$ 73,3 bilhões, com aumento de 431%, e o Ministério do Desenvolvimento Urbano contará com Cz\$ 41,5 bilhões, contra Cz\$ 15 bilhões neste ano — um aumento de 117% também nominal.

Uma das maiores quedas em relação ao total das despesas do ano que vem é a referente aos gastos com pessoal e encargos. Contra uma participação de 20,4% neste ano, o orçamento fixa, nesse item, um gasto de 17% das despesas globais de 1988. Assim, estão destinados para os salários e encargos do funcionalismo público federal Cz\$ 551 bilhões, contra Cz\$ 309,8 bilhões neste ano — um crescimento nominal de 77,9%.

Dívida

No setor externo, os encargos da dívida terão uma queda nominal de 7,2% passando de Cz\$ 115,7 bilhões em 1987 para Cz\$ 107,4 bilhões no ano que vem.

A rolagem dos débitos internos do governo é, fora de dívida, outro grande problema. Os encargos da dívida interna, que consumiram Cz\$ 48,5 bilhões, deverão alcançar Cz\$ 297,9 bilhões em 1988 — com um salto nominal de 514%. De um estoque de dívida, hoje de Cz\$ 2,5 trilhões aproximadamente, o governo se propõe a amortizar, em 1988, apenas Cz\$ 34,4 bilhões. Pode-se prever também que as empresas estatais continuarão a queimar recursos orçamentários. A peça governamental lança Cz\$ 923 bilhões para despesas de capital (investimentos produtivos e financeiros) de empresas, autarquias, fundações e territórios. Aos estados e municípios deverão ser transferidos Cz\$ 1 trilhão ou Cz\$ 1,6 trilhão — dependendo da página em que o analista olhar o orçamento, porque os números são conflitantes.

Seja como for, pode-se prever também que, cumprindo a tradição, o orçamento de 1988 é uma peça destinada a revisões. Isto porque todas as contas estão baseadas numa expectativa de inflação de 60% no ano e um crescimento econômico de 6% em 1988. A julgar pela atual situação econômica, o professor da FEA-USP acredita que a inflação será bem maior. Com relação ao crescimento econômico, trata-se também de uma incógnita que, segundo Ueda, só será decifrada após a renegociação da dívida externa.

Vicente D'Amazil Filho